



TRATADO DE COOPERAÇÃO PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS  
NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM  
(TRATADO DA BACIA DA LAGOA MIRIM)

Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil,

e

Sua Excelência o Senhor Doutor Aparício Mendez, Presidente da República Oriental do Uruguai.

INSPIRADOS pela fraterna e tradicional amizade que une as duas Nações;

RECONHECENDO a necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa-vizinhança e estreita cooperação que orientaram sempre suas relações recíprocas;

DANDO CUMPRIMENTO ao artigo VI do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 12 de junho de 1975, no qual ambas Partes se comprometem a celebrar um Tratado especial, a fim de impulsionar o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, dentro do propósito geral de empreender ações conjuntas destinadas à realização de obras de infra-estrutura de interesse comum;

ATENDENDO às características geográficas especiais da Bacia da Lagoa Mirim, que constituem base adequada para a realização de projetos conjuntos de desenvolvimento econômico e social;

ANIMADOS do propósito de melhorar as condições de vida das populações fronteiriças, bem como de promover o integral aproveitamento dos recursos das áreas limítrofes de acordo com critérios equitativos;

CONSIDERANDO que os trabalhos realizados até o presente pela Comissão da Lagoa Mirim permitiram a identificação de vários importantes projetos na Bacia, e o avanço nas etapas iniciais de alguns deles;

COINCIDINDO na conveniência de dotar os trabalhos atuais e futuros de um quadro institucional permanente e de mecanismos operativos práticos e flexíveis, em cujo âmbito seja possível canalizar esforços concertados para o desenvolvimento econômico e social da Bacia e sua integração física, conforme os respectivos planos e prioridades nacionais;

RESOLVEM celebrar o presente Tratado e, para esse efeito, nomear seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República Oriental do Uruguai, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Alejandro Rovira, Ministro das Relações Exteriores.

Os quais convêm nos artigos seguintes:

#### ARTIGO 1º

As Partes Contratantes se comprometem a prosseguir e ampliar, no quadro do presente Tratado, sua estreita colaboração para promover o desenvolvimento integral da Bacia da Lagoa Mirim.

#### ARTIGO 2º

A aplicação do presente Tratado, de seus instrumentos anexos e dos demais instrumentos internacionais que se celebrem nesse quadro jurídico:

a) não produzirá modificação alguma nos limites entre as Partes Contratantes, estabelecidos nos Tratados vigentes;

b) não afetará as respectivas jurisdições nacionais e seu exercício pleno, de acordo com os seus correspondentes ordenamentos jurídicos;

c) não conferirá a nenhuma das Partes Contratantes direito de propriedade ou outros direitos reais sobre qualquer parte do território da outra.

#### ARTIGO 3º

As Partes Contratantes, de acordo com o objeto do presente Tratado:

a) adotarão, em suas respectivas jurisdições, de acordo com seus planos e prioridades, as medidas adequadas para promover o desenvolvimento da Bacia;

b) concertarão entre si, no contexto da integração nacional de cada Parte, os estudos, planos, programas e projetos necessários à realização de obras comuns destinadas ao melhor aproveitamento dos recursos naturais da Bacia.

#### ARTIGO 4º

As ações nacionais e binacionais a que se refere o artigo 3º procurarão atingir, entre outros, os seguintes propósitos:

a) a elevação do nível social e econômico dos habitantes da Bacia;

b) o abastecimento de água com fins domésticos, urbanos e industriais;

c) a regularização das vazões e o controle das inundações;

d) o estabelecimento de um sistema de irrigação e drenagem para fins agropecuários;

e) a defesa e utilização adequada dos recursos minerais, vegetais e animais;

f) a produção, transmissão e utilização de energia hidrelétrica;

- g) o incremento de meios de transporte e comunicação e, de maneira especial, da navegação;
- h) o desenvolvimento industrial da região;
- i) o desenvolvimento de projetos específicos de interesse mútuo.

As Partes Contratantes fixarão, em cada caso e quando se fizer mister, as prioridades a serem observadas com respeito aos propósitos estabelecidos.

#### ARTIGO 5º

O âmbito de aplicação do presente Tratado compreende a Bacia da Lagoa Mirim e suas áreas de influência direta e ponderável que, se for necessário, serão determinadas pelas Partes Contratantes.

#### ARTIGO 6º

Será responsável pela execução do presente Tratado a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), criada e estruturada pelas Notas de 26 de abril de 1963, 5 de agosto de 1965 e 20 de maio de 1974, que se reestrutura e passa a reger-se de acordo com o disposto neste Tratado e no Estatuto Anexo.

O Estatuto acima referido poderá ser modificado por troca de notas entre ambos os Governos.

A CLM adotará seu próprio Regulamento.

#### ARTIGO 7º

A CLM terá duas sedes, uma na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, e outra na cidade de Trinta e Três, República Oriental do Uruguai. Poderá, contudo, reunir-se em qualquer ponto do território de cada uma das Partes Contratantes.

As sedes da CLM gozarão dos privilégios reconhecidos pela prática internacional, os quais, se necessário, serão precisados nos correspondentes acordos de sede.

#### ARTIGO 8º

A CLM tem a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de suas incumbências.

As Partes Contratantes lhe concederão os recursos indispensáveis e todos os elementos e facilidades, inclusive de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira, exigidos para seu funcionamento.

#### ARTIGO 9º

As Partes Contratantes outorgarão, entre outras:

a) facilidades para a livre circulação na fronteira e permanência no território da Parte de que não são nacionais, aos membros da CLM e às pessoas a que esta outorgue o documento pertinente;

b) facilidades aduaneiras, fiscais e de trânsito para que os veículos, embarcações e equipamentos a serviço da CLM possam cruzar a fronteira e circular livremente pelos territórios das Partes Contratantes.

#### ARTIGO 10

Para o cumprimento de suas incumbências, a CLM desempenhará as seguintes funções:

a) estudar diretamente ou através de entidades nacionais ou internacionais os assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento da área da Bacia da Lagoa Mirim;

b) apresentar aos Governos a descrição completa e pormenorizada dos estudos, planos e projetos de obras e serviços comuns;

c) gerir e contratar, com prévia autorização expressa dos Governos em cada caso, o financiamento de estudos e obras;

d) supervisionar a execução de projetos, obras e serviços comuns e coordenar seu ulterior funcionamento;

e) celebrar os contratos necessários para a execução de projetos aprovados pelos Governos, requerendo destes, em cada caso, sua autorização expressa;

f) propor a cada um dos Governos a realização de projetos e obras não-comuns relacionados com o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim;

g) formular sugestões aos Governos acerca de assuntos de interesse comum relacionados com o desenvolvimento econômico e social da Bacia;

h) constituir os órgãos subsidiários que estime necessários, dentro dos termos previstos no Estatuto;

i) propor a cada um dos Governos projetos de normas uniformes sobre assuntos de interesse comum relativos, entre outros, à navegação; prevenção da contaminação; conservação, preservação e exploração dos recursos vivos; e colocação de tubulações e cabos sub-fluviais e aéreos;

j) as demais que lhe sejam atribuídas pelo presente Tratado e as que as Partes Contratantes convenham em outorgar-lhe, por troca de notas ou outras formas de acordo.

#### ARTIGO 11

Para a consecução dos altos objetivos do presente Tratado, os estudos, planos, programas e projetos poderão prever:

a) obras comuns, compartilhadas pelas duas Partes Contratantes;

b) obras não-comuns, de exclusiva responsabilidade de cada uma das Partes Contratantes.

Na ausência de acordo específico, as Partes Contratantes, através da CLM, indicarão, em relação a cada projeto, as obras comuns e as não-comuns.

Quando as obras comuns incluem seções não-comuns, estas se regerão pelos princípios aplicáveis às obras não-comuns, com as adaptações necessárias.

No caso de seções não-comuns de obras comuns, a Parte responsável por sua execução terá presentes o cumprimento do cronograma geral da obra, sua unidade física e funcional e as condições mais vantajosas para o projeto.

Para os efeitos práticos de jurisdição e controle, estabelecer-se-á a sinalização conveniente nas obras comuns a serem construídas.

#### ARTIGO 12

Na contratação do pessoal técnico, administrativo e operários a empregarem-se nas obras e instalações comuns, se dará preferência, no possível em partes iguais, aos nacionais de cada Parte.

Os materiais de construção e equipamentos necessários para as obras comuns deverão, dentro do possível e em igualdade de custos e condições, ser providos pela indústria nacional de cada Parte.

#### ARTIGO 13

Na ausência de acordos específicos, a responsabilidade pelos custos de estudos e projetos, bem como de construção, operação e manutenção de obras será estabelecida de conformidade com os seguintes princípios:

a) as Partes Contratantes arcarão, em partes iguais, com os custos de estudos e projetos, bem como de construção, operação e manutenção de obras comuns;

b) cada Parte será responsável pelo custo de construção, operação e manutenção de obras não-comuns;

c) qualquer das Partes Contratantes poderá adiantar à outra, de acordo com as condições que forem estabelecidas, os recursos necessários para a realização de estudos, projetos e obras;

d) as obras e instalações comuns pertencerão em condomínio por partes iguais, às Partes Contratantes.

#### ARTIGO 14

Cada Parte se obriga a declarar de utilidade pública as áreas sob sua jurisdição necessárias à realização de obras comuns e de suas seções não-comuns, bem como a praticar todos os atos administrativos e judiciais pertinentes para efetuar as desapropriações e estabelecer as serviços que correspondam.

Cada Representação na CLM indicará ao seu respectivo Governo as áreas a que se refere o presente artigo.

#### ARTIGO 15

As Partes Contratantes se comprometem a outorgar todas as facilidades administrativas, franquias-aduaneiras e exonerações fiscais que sejam necessárias para a realização das obras comuns, de acordo com as seguintes normas:

a) não se aplicarão impostos, taxas ou empréstimos compulsórios de qualquer natureza sobre os materiais e equipamentos utilizados nos trabalhos de construção de obras comuns que adquiram em qualquer dos dois países ou importem de um terceiro país:

1. a CLM;

2. a Representação de qualquer uma das Partes Contratantes na CLM, no caso de ser designada responsável pela realização da obra;

3. as entidades públicas ou controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de uma ou de outra Parte, que tenham sido designadas responsáveis pela realização da obra;



b) não se cobrarão aos organismos e entidades mencionados na alínea "a" impostos, taxas ou empréstimos compulsórios cujo recolhimento seja da responsabilidade desses organismos e entidades, incidentes sobre os rendimentos por elas pagos a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, como remuneração de serviços prestados ou de créditos ou empréstimos concedidos diretamente relacionados com as obras;

c) será admitido no território de qualquer das Partes Contratantes o livre ingresso dos materiais e equipamentos aludidos na alínea "a" que se destinem a obras comuns e que a elas se incorporem. Os materiais e equipamentos de emprego transitório ingressarão em regime de admissão temporária;

d) não se aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos na alínea "a".

#### ARTIGO 16

As Partes Contratantes adotarão as medidas adequadas para que os diversos aproveitamentos das águas, a pesquisa, a exploração e o uso dos recursos naturais da área, dentro de suas respectivas jurisdições, não causem prejuízo sensível à navegação, à quantidade ou à qualidade da água ou ao meio ambiente.

#### ARTIGO 17

As Partes Contratantes, mediante proposta da CLM, designarão conforme o caso, as entidades públicas ou controladas direta ou indiretamente pelo poder público de qualquer delas, as entidades privadas ou os organismos internacionais que se encarregarão dos estudos, planos, projetos e obras comuns que se realizem de acordo com o previsto no presente Tratado.

#### ARTIGO 18

Toda controvérsia que se suscitou entre as partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do Presente Tratado, de seus in:

instrumentos anexos e demais instrumentos internacionais que se celebrem nesse quadro jurídico, será considerada pela CLM, por proposta de qualquer das respectivas Representações.

Se ao término de cento e vinte dias a CLM não conseguir chegar a um acordo, notificará ambas Partes Contratantes, as quais procurarão solucionar a questão por negociações diretas.

Quando as negociações diretas, a juízo de qualquer das Partes Contratantes, não tenham dado resultado, qualquer delas poderá recorrer aos procedimentos de solução pacífica previstos nos tratados internacionais vigentes entre ambas.

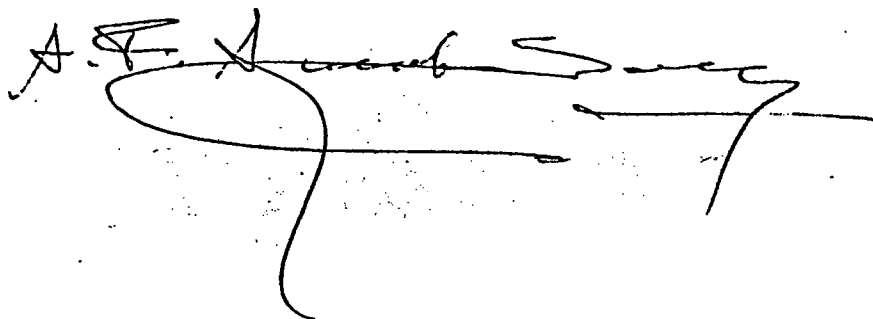
Os procedimentos mencionados não retardarão a construção e operação das obras comuns.

#### ARTIGO 19

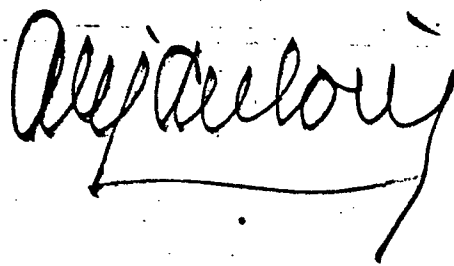
O presente Tratado será ratificado de acordo com os procedimentos previstos nos respectivos ordenamentos jurídicos das Partes Contratantes. Entrará em vigor pela troca dos instrumentos de ratificação, que se realizará na cidade de Montevideu e terá vigência enquanto as Partes Contratantes não celebrem acordo em contrário.

EM FÉ DO QUE os Plenipotenciários acima mencionados firmam e selam dois exemplares do presente Tratado, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos, na cidade de Brasília aos *sete* dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL:



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ORIENTAL DO URUGUAI:





TRATADO DE COOPERACION PARA EL APROVECHAMIENTO DE LOS RECURSOS  
NATURALES Y DESARROLLO DE LA CUENCA DE LA LAGUNA MERIN -  
(TRATADO DE LA CUENCA DE LA LAGUNA MERIN)

Su Excelencia el Señor Presidente de la República  
Federativa de Brasil, Ernesto Geisel

y

Su Excelencia el Señor Presidente de la República  
Oriental del Uruguay, Doctor Aparicio Méndez,

INSPIRADOS en la fraterna y tradicional amistad que une a  
las dos Naciones;

RECONOCIENDO la necesidad de hacer cada vez más efecti-  
vos los principios de buena vecindad y estrecha cooperación que orien-  
taron siempre las relaciones recíprocas;

DANDO CUMPLIMIENTO al artículo VI del Tratado de Amistad,  
Cooperación y Comercio de 12 de junio de 1975, en el que ambas Partes  
se comprometen a celebrar un Tratado especial, a fin de impulsar el de-  
sarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín, dentro del propósito general  
de emprender acciones conjuntas destinadas a la realización de obras de  
infraestructura de interés común;

ATENDIENDO a las características geográficas especiales de  
la Cuenca de la Laguna Merín, que constituyen base adecuada para la rea-  
lización de proyectos conjuntos de desarrollo económico y social;

ANIMADOS del propósito de mejorar las condiciones de vida  
de las poblaciones fronterizas así como de promover el integral prove-  
chamiento de los recursos de las áreas limítrofes de acuerdo con crite-  
rios equitativos;

CONSIDERANDO que los trabajos realizados hasta el presente por la Comisión de la Laguna Merín han permitido la identificación de varios importantes proyectos en la Cuenca, y el avance en las etapas iniciales de alguno de ellos;

COINCIDIENDO en la conveniencia de dotar a los trabajos actuales y futuros de un marco institucional permanente y de mecanismos operativos prácticos y flexibles, en cuyo ámbito sea posible canalizar esfuerzos concertados para el desarrollo económico e social de la Cuenca y su integración física, conforme a los respectivos planes y prioridades nacionales;

RESUELVEN celebrar el presente Tratado y, para ese efecto, nombrar sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República Federativa de Brasil, a Su Excelencia el Señor Embajador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República Oriental del Uruguay, a Su Excelencia el Señor Embajador Alejandro Rovira, Ministro de Relaciones Exteriores;

Los cuales convienen en los artículos siguientes:

#### ARTICULO 1º

Las Partes Contratantes se comprometen a proseguir y ampliar, en el marco del presente Tratado, su estrecha colaboración para promover el desarrollo integral de la Cuenca de la Laguna Merín.

#### ARTICULO 2º

La aplicación del presente Tratado, de sus instrumentos anejos y de los demás instrumentos internacionales que se celebren dentro de este marco jurídico:

- a) no producirá modificación alguna de los límites entre las Partes Contratantes establecidos en los Tratados vigentes;

- b) no afectará las respectivas jurisdicciones nacionales y su ejercicio pleno, de acuerdo con sus correspondientes ordenamientos jurídicos;
- c) no conferirá a ninguna de las Partes Contratantes derecho de propiedad u otros derechos reales sobre cualquier parte del territorio de la otra.

#### ARTICULO 3º

Las Partes Contratantes, de acuerdo con el objeto del presente Tratado:

- a) adoptarán en sus respectivas jurisdicciones, conforme a sus planes y prioridades, las medidas adecuadas para promover el desarrollo de la Cuenca;
- b) concertarán entre sí, en el contexto de la integración nacional de cada Parte, los estudios, planes, programas y proyectos necesarios para la realización de obras comunes destinadas al mejor aprovechamiento de los recursos naturales de la Cuenca.

#### ARTICULO 4º

Las acciones nacionales y binacionales a que se refiere el artículo 3º perseguirán, entre otros, los siguientes propósitos:

- a) la elevación del nivel social y económico de los habitantes de la Cuenca;
- b) el abastecimiento de agua con fines domésticos, urbanos e industriales;
- c) la regulación de caudales y el control de las inundaciones;
- d) el establecimiento de un sistema de riego y drenaje para fines agropecuarios;
- e) la defensa y utilización adecuada de los recursos minerales, vegetales y animales;

- f) la producción, transmisión y utilización de energía hidroeléctrica;
- g) el incremento de medios de transporte y comunicaciones y, de manera especial, la navegación;
- h) el desarrollo industrial de la región;
- i) el desarrollo de proyectos específicos de interés mutuo.

Las Partes Contratantes fijarán, en cada caso y cuando sea menester, las prioridades a ser observadas con respecto a los propósitos establecidos.

#### ARTICULO 5º

El ámbito de aplicación del presente Tratado comprende la Cuenca de la Laguna Merín y sus áreas de influencia directa y ponderable que, de ser necesario, serán determinadas por las Partes Contratantes.

#### ARTICULO 6º

Será responsable de la ejecución del presente Tratado la Comisión Mixta Brasileño-Uruguaya para el Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín (CLM), creada y estructurada por las Notas de 26 de abril de 1963, 5 de agosto de 1965 y 20 de mayo de 1974, que se reestructura y pasa a regirse de acuerdo con lo dispuesto en este Tratado y en el Estatuto Anexo.

El Estatuto Anexo a que se refiere el párrafo primero podrá ser modificado por cambio de notas entre ambos Gobiernos.

La CLM dictará su propio Reglamento.

ARTICULO 7º

La CLM tendrá dos sedes, una en la ciudad de Treinta y Tres, República Oriental del Uruguay y la otra en la ciudad de Porto Alegre, República Federativa de Brasil. Sin embargo, podrá reunirse en cualquier punto del territorio de cada una de las Partes Contratantes.

Las sedes de la CLM gozarán de los privilegios reconocidos por la práctica internacional los que, de ser necesario, serán precisados en los correspondientes acuerdos de sede.

ARTICULO 8º

La CLM tiene la capacidad jurídica necesaria para el cumplimiento de sus cometidos.

Las Partes Contratantes le asignarán los recursos indispensables y todos los elementos y facilidades, inclusive de orden jurídico, técnico, administrativo y financiero, requeridos para su funcionamiento.

ARTICULO 9º

Las Partes Contratantes otorgarán, entre otras:

- a) facilidades para la libre circulación en la frontera y permanencia en el territorio de la Parte de la que no sean nacionales a los miembros de la CLM y a las personas a las que ésta otorgue el documento pertinente;
- b) facilidades aduaneras, fiscales y de tránsito para que los vehículos, embarcaciones y equipos al servicio de la CLM puedan cruzar la frontera y circular libremente por los territorios de las Partes Contratantes.

## ARTICULO 10

Para el cumplimiento de sus cometidos, la CLM desempeñará las siguientes funciones:

- a) estudiar directamente o a través de entidades nacionales o internacionales los asuntos técnicos, científicos, económicos y sociales relacionados con el desarrollo del área de la Cuenca de la Laguna Merín;
- b) presentar a los Gobiernos la descripción completa y pormenorizada de los estudios, planes y proyectos de obras y servicios comunes;
- c) gestionar y contratar, previa autorización expresa de los Gobiernos en cada caso, el financiamiento de estudios y obras;
- d) supervisar la ejecución de proyectos, obras y servicios comunes y coordinar su ulterior funcionamiento;
- e) celebrar los contratos necesarios para la ejecución de proyectos aprobados por los Gobiernos, requiriendo de éstos, en cada caso, su autorización expresa;
- f) proponer a cada uno de los Gobiernos la realización de proyectos y obras no comunes relacionados con el desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín;
- g) formular sugerencias a los Gobiernos acerca de asuntos de interés común relacionados con el desarrollo económico y social de la Cuenca;
- h) constituir los órganos subsidiarios que estime necesario, dentro de los términos previstos en el Estatuto;
- i) proponer a cada uno de los Gobiernos proyectos de normas uniformes sobre asuntos de interés común relativos, entre otros, a la navegación; prevención de la contaminación; conservación, preservación y explotación de los recursos vivos; y tendido de tuberías y cables subfluviales y aéreos;
- j) las demás que le han sido asignadas por el presente Tratado y las que las Partes Contratantes convengan en otorgarle por cambio de notas u otras formas de acuerdo.



## ARTICULO 11

Para la consecución de los altos objetivos del presente Tratado, los estudios, planes, programas y proyectos podrán prever:

- a) obras comunes, compartidas por las dos Partes Contratantes;
- b) obras no comunes de exclusiva responsabilidad de cada una de las Partes Contratantes.

En ausencia de acuerdo específico, las Partes Contratantes, a través de la CLM, indicarán, en relación a cada proyecto, las obras comunes y las no comunes.

Cuando las obras comunes incluyan secciones no comunes, éstas se regirán por los principios aplicables a las obras no comunes, con las adaptaciones necesarias.

En el caso de secciones no comunes de obras comunes, la Parte responsable por su ejecución tendrá presente el cumplimiento del cronograma general de la obra, su unidad física y funcional y las condiciones más ventajosas para el proyecto.

Para los efectos prácticos de jurisdicción y control se establecerá el señalamiento conveniente en las obras comunes a ser construídas.

## ARTICULO 12

En la contratación del personal técnico, administrativo y obrero a emplearse en las obras e instalaciones comunes se dará preferencia, en lo posible por partes iguales, a los nacionales de cada Parte.

Los materiales de construcción y equipos necesarios para las obras comunes deberán, dentro de lo posible y a igualdad de costos y condiciones, ser suministrados por la industria nacional de cada Parte.

### ARTICULO 13

A falta de acuerdos específicos, la responsabilidad por los costos de estudios y proyectos, así como de construcción, operación y mantenimiento de obras será establecida de conformidad con los siguientes principios:

- a) las Partes Contratantes responderán, en partes iguales, por los costos de estudios y proyectos, así como de construcción, operación y mantenimiento de obras comunes;
- b) cada Parte será responsable por el costo de construcción, operación y mantenimiento de obras no comunes;
- c) cualquiera de las Partes Contratantes podrá adelantar a la otra, de acuerdo con las condiciones que fueren establecidas, los recursos necesarios para la realización de estudios, proyectos y obras;
- d) las obras e instalaciones comunes pertenecerán en condominio, por partes iguales, a las Partes Contratantes.

### ARTICULO 14

Cada Parte se obliga a declarar de utilidad pública las áreas bajo su jurisdicción necesarias para la realización de obras comunes y de secciones no comunes de éstas, así como a practicar todos los actos administrativos y judiciales pertinentes para efectuar las expropiaciones y establecer las servidumbres que correspondan.

Cada Representación en la CLM indicará a su respectivo Gobierno las áreas a que se refiere el presente artículo.

### ARTICULO 15

Las Partes Contratantes se comprometen a otorgar todas las facilidades administrativas, las franquicias aduaneras y las exoneraciones fiscales que sean necesarias para la realización de las obras comunes, de conformidad con las siguientes normas:

- a) no se aplicarán impuestos, tasas o empréstitos forzosos de cualquier naturaleza sobre los materiales y equipos utilizados en los trabajos de construcción de obras comunes que adquirieran en cualquiera de los dos países o importen de un tercer país:
- 1) la CLM;
  - 2) la Representación de cualquiera de las Partes Contratantes en la CLM en caso de ser designada como responsable de la realización de la obra;
  - 3) las entidades públicas o controladas directa o indirectamente por el poder público de una u otra Parte que hayan sido designadas responsables de la realización de la obra;
- b) no se cobrarán a los organismos y entidades mencionados en el literal a) impuestos, tasas o empréstitos forzosos cuya recaudación sea de responsabilidad de esos organismos y entidades y que incidan sobre las utilidades por ellos pagos a personas jurídicas domiciliadas en el exterior, como remuneración de servicios prestados o de créditos o empréstitos concedidos, directamente relacionados con las obras.
- c) será admitido en el territorio de cualquiera de las Partes Contratantes el libre ingreso de los materiales y equipos aludidos en el literal a) que se destinen a obras comunes y que a ellas se incorporen. Los materiales y equipos de empleo transitorio ingresarán en régimen de admisión temporaria;
- d) no se aplicarán restricciones de cualquier naturaleza al tránsito o depósito de los materiales y equipos aludidos en el literal a).

#### ARTICULO 16

Las Partes Contratantes tomarán las medidas adecuadas para que los diversos aprovechamientos de las aguas, la exploración, la explotación y el uso de los recursos naturales del área, dentro de sus respectivas jurisdicciones, no causen perjuicio sensible a la navegación, a la cantidad o calidad del agua, o al medio ambiente.

ARTICULO 17

Las Partes Contratantes, a propuesta de la CLM, designarán, según el caso, las entidades públicas o controladas directa o indirectamente por el poder público de cualquiera de ellas, las entidades privadas u organismos internacionales que se encargarán de los estudios, planes, proyectos y obras comunes que se realicen de acuerdo con lo previsto en el presente Tratado.

ARTICULO 18

Toda controversia que se suscitare entre las Partes Contratantes sobre la interpretación o aplicación del presente Tratado, de sus instrumentos anexos y de los demás instrumentos internacionales que se celebren dentro de este marco jurídico, será considerado por la CLM a propuesta de cualquiera de las respectivas Representaciones.

Si en el término de ciento veinte días la CLM no lograre llegar a un acuerdo, lo notificará a ambas Partes Contratantes, las que procurarán solucionar la cuestión por negociaciones directas.

Cuando las negociaciones directas, a juicio de cualquiera de las Partes Contratantes, no hayan dado resultados, cualquiera de ellas podrá recurrir a los procedimientos de solución pacífica previstos en los tratados internacionales vigentes entre ambas.

Los procedimientos mencionados no retardarán la construcción y operación de las obras comunes.

ARTICULO 19

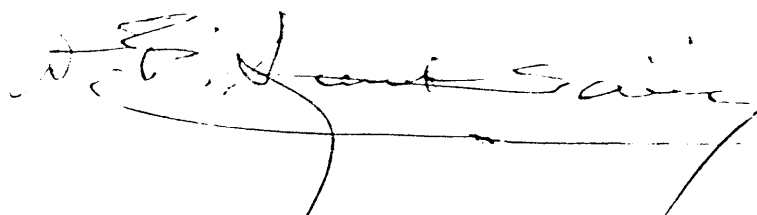
El presente Tratado será ratificado de acuerdo con los procedimientos previstos en los respectivos ordenamientos jurídicos de las Par

Partes Contratantes. Entrará en vigor por el canje de los instrumentos de ratificación, que se realizará en la ciudad de Montevideo y tendrá vigencia mientras las Partes Contratantes no celebren acuerdo en contrario.

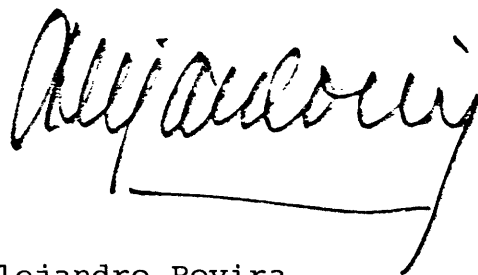
EN FE DE LO CUAL los Plenipotenciarios arriba mencionados firman y sellan dos ejemplares del presente Tratado, en portugués y español, ambos textos igualmente auténticos, en la ciudad de Brasilia a los *siete* días del mes de *Julio* del año mil novecientos setenta y siete.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DE BRASIL:

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
ORIENTAL DEL URUGUAY:



Antonio F. Azeredo da Silveira



Alejandro Rovira

